



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O MASCULINO E O FEMININO NA POLÍTICA LOCAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

José Henrique Mendes Crizostomo
Mestrando em Sociologia Política/UENF-RJ
jhenrique.jh@gmail.com

Ao longo do século XX as mulheres obtiveram importantes conquistas em diversos campos sociais, tais como: maior autonomia frente ao marido e a família, aumento na escolaridade feminina, direito ao divórcio, contracepção, direitos sociais, dentre outros. Apesar das conquistas, vários desafios ainda estão presentes.

Na realidade social brasileira ainda persistem desigualdades de gênero que se traduzem numa situação de inferioridade das mulheres frente aos homens em vários cenários: no econômico – já que as mulheres ainda ganham menos que os homens, apesar de terem, em média, um grau de escolaridade maior –, ausência e/ou deficiência de políticas sociais específicas, menor participação na composição da força de trabalho, dificuldade de acesso ao campo político, e outros tantos problemas.

Tendo tal cenário em tela podemos perceber que a emancipação da mulher ainda não é um fato consumado, a luta pela redução das desigualdades de gênero e atenção às demandas femininas se faz necessária, visto que a mulher ainda sofre várias formas de violência na sociedade brasileira. Tendo como meta reverter ou minimizar tal disparate social, a partir dos anos noventa as demandas por reconhecimento e inclusão ganharam destaque nas lutas feministas, visando principalmente à ocupação de espaços políticos, particularmente nas arenas de representação institucional – tais como os parlamentos – com o objetivo de minimizar a situação de desigualdade enfrentada pelas mulheres nos diversos campos da sociedade (Araújo, 2001).

A movimentação feminista em busca da ocupação de espaços políticos parte do pressuposto de que mesmo com os direitos legais da cidadania garantidos tornou-se evidente que apenas estes não bastam para alterar, pelas vias tradicionais da democracia representativa, o quadro de assimetria entre homens e mulheres nas instâncias de poder e representação, guiando a luta feminista no sentido de buscar remover barreiras que impedem uma maior ascensão das mulheres aos postos decisórios e representativos da democracia.



No entanto, a entrada da mulher no campo político tem encontrado dificuldades e resistências, resultando na baixa representação política e na ausência da participação em instâncias políticas e decisórias superiores. A esfera política historicamente foi um reduto masculino, já que, segundo Michele Perrot (1998:129), foi concebida e organizada no masculino, sendo por isso um campo problemático para a atuação feminina. Ao longo da história, a divisão entre público e privado foi se constituindo como regiões talhadas para o masculino e feminino, cada qual desempenhando um papel específico. Aos homens fica reservado o campo da política, da vida pública, já para a maioria das mulheres resta às responsabilidades pelos afazeres domésticos, a concepção, o cuidado do lar e dos filhos, resultando numa forma de pensar que coloca a associação “homem está para o público” e “mulher está para o privado”. Perrot critica as representações que essencializam e restringem as mulheres ao espaço do lar, do casamento ou da maternidade:

A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira. (...) Essa representações atravessam o tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos. Mas assumem formas variáveis conforme as épocas, assim como as maneiras de geri-las. (Perrot, 1998: 3).

Tal lógica age sobre as mulheres como uma violência simbólica fazendo com que muitas vezes sintam-se desestimuladas a se aventurar ou permanecer no campo político. Se tal fato não inibir a participação política, os afazeres domésticos o fazem, afinal a realidade para muitas mulheres é de uma dupla jornada de trabalho: o trabalho externo, para ajudar no orçamento da casa – ou mesmo sendo a única fonte pecuniária –, e o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos – ainda percebido como obrigação exclusivamente feminina –, não havendo tempo disponível para outras atividades. No Brasil, foi aprovada em 1997, a Lei nº 9.504, que fixa o percentual de 30% de vagas a serem reservadas para mulheres nos partidos políticos, entretanto facultando aos mesmos o preenchimento ou não desta cota. Mesmo após a aprovação de tal lei ainda se verifica nas instâncias representativas uma participação política feminina pífia.

Apesar das dificuldades na inserção política algumas mulheres obtiveram êxito na entrada no campo político. No entanto como as mulheres que se fazem presentes no



poder político percebem – se é que o fazem – a exclusão vivenciada pelas mulheres? As mulheres presentes na política local vivenciam ou percebem algum tipo de violência durante o desenvolvimento de sua atividade política?

Visando responder a tais questões, iniciei em 2010 uma pesquisa acadêmica de mestrado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), tendo como objeto de estudo a participação política feminina em Campos dos Goytacazes. Ainda hoje a política em geral é um lugar cuja presença é majoritariamente masculina, as mulheres que buscam se inserir no jogo político se defrontam com um campo um tanto hostil para sua participação.

1. O masculino e o feminino na política: referenciais teóricos

A exclusão feminina da política é uma supressão construída historicamente. Por isso para entendermos o porquê da resistência enfrentada pelas mulheres em sua luta pela inserção na esfera do poder político é necessário compreender como se constituiu a exclusão feminina ao longo da história, resultando na relação problemática entre mulher e espaço público.

A exclusão feminina remonta à Grécia Antiga, onde a cidadania foi pensada e construída tendo a política como centro decisório. A divisão sexual do trabalho já era vista como algo evidente por si mesmo, cabendo ao homem a manutenção da casa e a mulher a sobrevivência da espécie; e estas funções “naturais”, o labor no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Desse modo, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era ela que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. Já a esfera da *polis*, contrariamente, era o lugar da liberdade “... e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade da polis” (Arendt, 2000:40). Já na Grécia Antiga o público e o privado foram constituídos em locais específicos para o masculino e o feminino, por isso afirmava Pitágoras: “*uma mulher em público está sempre deslocada*” (Apud Perrot, 1998:8).

Outros argumentos foram sendo desenvolvidos para justificar e reforçar a exclusão feminina do espaço público. Segundo Laqueur (2001), durante a Antiguidade e



Idade Média utilizava-se o corpo como justificativa para a exclusão feminina. Tendo o corpo masculino como paradigma, os pensadores da época afirmavam que o corpo feminino era idêntico ao masculino, porém padecia de uma importante imperfeição: o corpo feminino não possuía calor vital suficiente para fazer aflorar os órgãos genitais, fazendo com que os mesmos ficassem retidos em seu interior. Argumentava-se também que havia uma ligação simpática entre o útero e o cérebro das mulheres, o que as impossibilitaria de exercerem plenamente as faculdades mentais.

Este esquema que ligava a anatomia corporal aos papéis sociais específicos de cada sexo vai permanecer até o século XVIII, sendo suplantada pela revolução científica e também pela revolução política iluminista, esta última bradava pela igualdade e pelas relações políticas igualitárias, fundadas nos princípios da cidadania. Segundo Silva (2001), tais afirmações ofereceriam, ao menos teoricamente, a possibilidade de as mulheres serem consideradas do ponto de vista social e político iguais aos homens.

A revolução política e científica desse século e também do século XIX serão os responsáveis por uma grande modificação. Apesar da afirmação de igualdade, os ideários burgueses conciliaram, sem muita hesitação, a afirmação de direitos humanos universais e a interdição ao acesso das mulheres à esfera do espaço público.

Vários argumentos jurídicos e/ou naturais foram utilizados para impedir o acesso das mulheres à esfera do poder político, legitimando assim o tratamento diferenciado e bloqueando a percepção da injustiça (Miguel, 2001). Argumentava-se que a mulher não tinha inteligência suficiente, que não eram conduzidas pela razão, mas por suas paixões. Questionava-se até se a mulher poderia ser considerada um indivíduo. Outros argumentos chamavam a atenção para a evidente inferioridade feminina demonstrada por sua fisiologia, afinal as mulheres tinham gestações e períodos de aleitamento, além das indisposições mensais em virtude da menstruação, o que as tornariam incapazes de exercerem seus direitos cívicos¹.

Além da justificativa da fisiologia, pautada no discurso médico, recorria-se a autores contratualistas para referendar e justificar o interdito das mulheres no espaço

¹ A esse respeito consultar a obra de Elisabeth Badinter (1991) que traz uma seleção de textos históricos demonstrando o debate dos revolucionários franceses a respeito da extensão, ou não, dos direitos civis às mulheres.



político. Thomas Hobbes (1993) argumentava que a maternidade fragilizava a mulher, que passava a ser responsável pela segurança de um outro ser indefeso, isto é, seu filho. Isto permitia que o homem a dominasse, mesmo pela força. Para garantir a segurança, mãe e filho se submetiam ao marido. O pacto é válido, mesmo sendo conseguido à força, isto porque, segundo Hobbes, há a possibilidade de escolha para a mulher, porque se ela não quiser se submeter ao controle do homem, ela terá a escolha, em última instância, de cometer suicídio para se livrar do controle, o que legitimaria o “contrato” de submissão entre esposa e marido. Desta forma, “...no momento em que os indivíduos se reúnem para celebrar o contrato social e gerar o Estado (...), as mulheres não participam, pois já estavam previamente submetidas aos homens” (Miguel, 2001:255).

Na transição do contratualismo de Hobbes – com características pró-absolutistas – para o liberal de John Locke, a posição das mulheres se agrava. Além de manter o argumento jurídico, Locke acrescenta-lhe outro, o natural. Comparando as mulheres aos trabalhadores, Locke (1999) argumentava que, por meio do casamento, as mulheres alienam seus direitos da mesma forma que os trabalhadores assalariados fazem com o contrato de trabalho. Continua afirmando que esta alienação contratual é fruto de uma racionalidade inferior, que tornava ambos, mulheres e trabalhadores assalariados, incapazes de participar da vida pública.

Jean-Jacques Rousseau, talvez o teórico que mais tenha influenciado a Revolução Francesa, argumentava que a política era um campo de atuação masculino. A justificativa para tal argumento era baseada nas diferenças intrínsecas aos dois sexos, que explora detidamente em sua obra *Emílio: ou da educação* (2004), um romance pedagógico que tem por finalidade orientar a educação de meninos e meninas, utilizando as personagens de Emílio e Sofia como exemplos.

Rousseau duvidava da capacidade das mulheres para o exercício da vida pública, já que para ele as mulheres seriam movidas por suas paixões. Ao defender que existiam diferenças “naturais” entre os sexos – cabendo ao homem ser ativo e forte, estando assim apto ao exercício da vida pública, e à mulher passiva e fraca – e que a mulher possuía uma limitação inata para o pleno uso da capacidade de julgamento, Rousseau acaba contribuindo decisivamente para cristalizar a exclusão feminina nas mentes, reforçando o ideal de que as mulheres deveriam ter como meta o cuidado da casa, dos



filhos e do marido, mantendo distância da vida pública. Segundo Badinter (2001), o discurso de Rousseau teve uma aceitação tão grande que nem mesmo as próprias mulheres estavam prontas para aceitar a tese da semelhança entre os sexos, sedimentando, a partir daí, a ideia de que o papel social da mulher era o de ser uma esposa virtuosa, dedicada e submissa.

Fundamentados nessa diferença, os Estados liberais democráticos por muito tempo negaram a cidadania feminina. Foram necessários vários anos para que as mulheres fossem gradualmente incluídas no cenário político e tivessem alguns direitos reconhecidos – reconhecimento fruto de intensas lutas, tal como demonstrado por Pinsky & Pedro (2003). Mas mesmo quando há uma ascensão feminina ao campo político permanecem estereótipos e impedimentos ao livre exercício da atividade política feminina.

A atuação da mulher na política tem sido feita de maneira diferenciada da dos homens. Comumente se atribui às mulheres uma atividade política mais ética, honesta e conciliadora, dentre outros atributos, o que acaba também por interferir na sua atividade em cargos públicos. Geralmente as mulheres ficam encarregadas de atuar em áreas mais relacionadas aos cuidados, numa clara alusão ao seu papel desempenhado no espaço privado, que acaba se traduzindo, principalmente na esfera das políticas públicas, em uma atuação nas áreas de saúde, educação, direitos, assistência social, cuidado com os carentes, idosos, dentre outras.

A teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu é útil para compreender a divisão entre o masculino e o feminino nos vários segmentos da sociedade. A divisão entre os sexos que é tão marcante nas sociedades ocidentais gera uma ordem social que acaba por legitimar e reproduzir a dominação masculina, onde cada um dos dois sexos tem suas competências delegadas para determinadas áreas restritas. As mulheres muitas vezes aceitam de bom grado tal divisão, demonstrando a violência simbólica sofrida por elas.

O conceito de violência simbólica, criado por Bourdieu, pode ser definido como:

Violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do



conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (Bourdieu, 2009: 8).

De acordo com tal conceito, as mulheres não percebem que sofrem a dominação simbólica (no caso a dominação masculina) e tendem a adotar em si mesmas os pontos de vista e papéis desenvolvidos pelo dominante, o que acaba por prejudicar a atuação das mulheres que conseguiram acesso ao espaço público, já que elas *“têm que responder à pressão e à cobrança social que as torna, de certa forma, presas a um tipo muito particular de atuação”* (Pinheiro, 2007: 33).

Outro conceito que muito pode ajudar nessa análise sobre a mulher e a política é o conceito de gênero. Criado originalmente pelas feministas na década de 1970 para se contrapor às explicações biológicas que atribuíam as diferenças de comportamento de homens e mulheres a elementos inatos, “naturais”. A ideia de gênero surge então buscando “desnaturalizar” o que, na verdade, é um construto social.

A definição de gênero abarca dois argumentos centrais. Um deles é que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro argumento refere-se à noção de que o poder é desigualmente distribuído entre os sexos. Se esse poder age no sentido de colocar as mulheres em posição de inferioridade, o conceito de gênero se aproxima ao de patriarcado, já que se constitui um sistema de dominação das mulheres pelos homens. No entanto, Pinheiro (2007) nos alerta para que não procedamos numa *“reduzora substituição de um conceito pelo outro, pois, se gênero remete à relação entre os sexos que não determina previamente o pólo dominante, no patriarcado o pólo dominante é, por definição, o homem”* (Ibid, Ibidem, p. 35).

Ao definir gênero, Scott (1995) demonstra que há uma relação entre gênero e poder. Diz ela:

O núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: 1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (Scott, 1995, p. 86).



Logo, não se pode proceder a uma análise dissociando gênero e poder. Tendo em vista a finalidade do estudo proposto aqui, não podemos perder de vista a segunda parte da definição de gênero proposta por Scott sem, entretanto, esquecer de que “*a política é apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise (...)*” (Ibid, Ibidem, p. 89).

A partir da definição de gênero podemos compreender que o desempenho dos papéis sociais previamente estabelecidos para o sexo masculino e feminino ocorre através do comportamento de homens e mulheres, não só no que diz respeito às suas ações cotidianas, mas também em relação às próprias representações de si mesmos. Com base na representação que homens e mulheres fazem de si mesmos e do mundo, eles tornam-se capazes de explicar o mundo que os cerca de acordo com suas próprias lógicas. Onde ocorre uma tradição patriarcal, a lógica vigente acabará por resultar numa posição de subalternidade da mulher pelo homem, ocupando posições e funções sociais consideradas inferiores.

Tal lógica de compreensão e explicação do mundo passa a ser internalizada e reproduzida de diferentes formas, mas a principal delas é por meio da educação. Desde a mais tenra idade as crianças são estimuladas a adotarem certos comportamentos. À medida que as crianças percebem que determinadas maneiras de agir, falar e brincar são aprovadas e estimuladas pelos adultos, passam a desenvolver sua personalidade individual ao mesmo tempo em que assimilam o papel dos outros², construindo assim um *habitus*, isto é, um sistema de disposições que funcionam como estruturas estruturantes, ou seja, se encarna no corpo como um sistema de disposições permanentes.

É importante notar como os conceitos de *habitus* e gênero procedem numa injunção, já que o primeiro acaba sendo determinante para a reprodução do segundo. O *habitus* desenvolvido na sociedade reproduz os papéis e comportamentos de gênero; são cotidianamente ensinadas, reafirmadas e repetidas lógicas de comportamento para cada gênero transformando-se em normas e tradições e modelando os indivíduos.

² Belotti (1987) demonstra como as meninas são, desde crianças, condicionadas a serem passivas e submissas enquanto os meninos são, por sua vez, estimulados a adotarem comportamentos ativos e dominantes.



Este debate teórico ajuda a compreender o motivo da longa ausência das mulheres da esfera do poder público. Fica claro que a sociedade ocidental, em nosso caso a brasileira, se estruturou baseada em construções sociais feitas a partir de noções como *habitus*, gênero e dominação masculina, construindo – e mais tarde remodelando – os lugares sociais específicos para o masculino e o feminino.

2. O feminino e o masculino na política de Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes, situada no norte do Estado do Rio de Janeiro, possui uma economia altamente dependente do repasse dos *royalties* do petróleo extraído em sua plataforma continental. A história do município possui muitas semelhanças com a história brasileira. Campos dos Goytacazes foi durante séculos uma cidade que teve como base econômica o cultivo de cana-de-açúcar em grandes latifúndios, visando principalmente a produção de açúcar para exportação, tendo mão-de-obra escrava como sustentáculo deste modelo produtivo. A elite fazendeira campista manteve essa forma de produção até a decretação do fim da escravidão, sendo que Campos foi a última cidade do Brasil a obedecer a Lei Imperial nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que punha fim ao regime de trabalho escravo.

Mesmo com as dificuldades advindas com o fim da escravidão o cultivo da cana-de-açúcar se manteve, e ainda se mantém, em Campos dos Goytacazes, embora hoje a cidade tenha tal atividade como elemento secundário em seu leque de atividades econômicas, já que o setor de serviços e comércio e agropastoril ganham certa importância ao lado do cultivo da cana-de-açúcar. No que tange à receitas pecuniárias, os *royalties* do petróleo ocupam a grande fatia da riqueza local, gerando uma enorme dependência econômica desses recursos. Apesar do passar dos anos e da mudança na atividade econômica, Campos dos Goytacazes ainda mantém uma ligação muito forte com seu passado rural.

Ao longo da história campista, várias manifestações conservadoras se destacaram. Além de ter sido a última cidade a extinguir a escravidão no Brasil, Campos foi também uma das poucas cidades do Estado do Rio de Janeiro a ter um diretório municipal da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de extrema direita



e conservador que teve forte atividade no município entre as décadas de 1930 e 1940³. Na história da cidade de Campos fica presente também a ação de grupos religiosos, notadamente católicos, de orientação direitista e conservadora, tais como a Tradição Família e Propriedade (TFP) que surgiu inicialmente em 1960 no Brasil e ganhou um forte reduto na cidade, presente até os dias de hoje (Altoé, 2004). Tal organização se caracteriza por ser católica tradicionalista, conservadora e anticomunista⁴.

Esses exemplos servem de ilustração para demonstrar como o pensamento conservador teve uma forte base no município e ainda se apresenta de várias formas: o trabalho escravo ainda é flagrado em algumas plantações de cana-de-açúcar – agora utilizadas também para a produção de etanol –, as mulheres ainda possuem limitações para sua cidadania (sofrem de violência física, dificuldades de emprego e de acesso a direitos básicos - como a realização do aborto legal -, etc.), vertentes religiosas reacionárias ainda são atuantes, o preconceito de cor e classe social ainda é forte, há compra de votos durante períodos eleitorais para manter determinadas elites no comando do município, dentre outras tantas características. Tais fatos são observados tanto na cidade de Campos dos Goytacazes como no Brasil de forma geral, tornando o município em questão como uma espécie de microcosmo da realidade social brasileira.

Da mesma forma que no resto do Brasil, a política em Campos dos Goytacazes foi exercida por homens e para homens durante boa parte de sua história. O modelo rural punha o homem branco, senhor de engenho como centro decisório da política local. As mulheres, os negros e as pessoas sem renda suficiente não tinham voz na política. Somente a partir dos anos 1950 é que se observa uma lenta inserção das massas nos rumos da cidade, mesmo que de forma cooptada pelas elites locais, fato que se repete ainda hoje, já que o dinheiro proveniente dos royalties do petróleo é utilizado muitas vezes como forma de interferir no resultado das eleições via compra de votos,

³ A doutrina política integralista - de inspiração tradicionalista, ultra-conservadora, inspirada na Doutrina Social da Igreja Católica - surgiu em Portugal nos inícios do século XX defendendo o princípio de que uma sociedade só pode funcionar com ordem e paz, no respeito das hierarquias sociais, fundamentando-se para isso nas aptidões e nos méritos pessoais demonstrados (em oposição às doutrinas igualitárias saídas da Revolução Francesa, como o socialismo, comunismo e anarquismo), e na harmonia e união social.

⁴ A este respeito consultar o trabalho de Altoé (2004) que faz um estudo sobre a TFP em Campos dos Goytacazes.



troca de favores, favorecimentos a determinados grupos, além de outras manifestações de corrupção, apropriação indébita e desvios de verbas.

A respeito da participação política feminina podemos mencionar, com a finalidade de comparação entre a realidade nacional e a local, o fato de que no parlamento brasileiro apenas 9,7% das cadeiras são ocupadas por mulheres, o que evidencia a grande disparidade de gênero que existe no Brasil no campo da política brasileira.

A realidade social da cidade de Campos dos Goytacazes não se diferencia da observada a nível nacional. Na Câmara de Vereadores dentre os dezessete membros, a bancada feminina conta com apenas três representantes – Ilsan Viana, Penha Martins e Odisséia Carvalho –, frente a uma população de mulheres no município girando também em torno de um pouco mais de 50% da população campista. Ainda no cenário político, o eleitorado elegeu em 2008, pela primeira vez na história do município, a ex-governadora Rosinha Garotinho como prefeita da cidade, que têm como responsabilidade gerenciar um orçamento municipal bilionário⁵.

Ao longo da história política tanto do município quanto do país, as mulheres, durante muito tempo, não tiveram espaço e nem voz. Somente em 1934 é que o pleno exercício do voto foi conferido às mulheres. Porém, a luta pela inserção e participação política feminina não cessou. Instituições e personalidade mais conservadoras foram responsáveis por dificultar durante muitos anos a efetiva participação das mulheres na política. De modo que as mulheres recorreram, e ainda recorrem, a diversos artifícios para conseguir uma participação mais ativa na política.

Um dos artifícios que são utilizados para dificultar a participação feminina na política são os argumentos empregados para demonstrar que as mulheres possuem diversos tipos de poderes e/ou dons. O maior deles seria o “sagrado dom da maternidade”. Este seria o dom feminino por natureza, razão pela qual as mulheres que

⁵ Em 2010, Campos dos Goytacazes ampliou sua participação no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, que antes era de 0,8% e agora foi para 1%, ou seja, de toda a riqueza produzida no Brasil, 1% foi só em Campos dos Goytacazes. Isso se deve à produção de petróleo, já que o município é o maior produtor nacional. Em virtude disso o orçamento de Campos para 2011, já aprovado pela Câmara Municipal, girará em torno de R\$ 1,9 bilhão.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

visam a cargos eletivos precisam comprovar que não renunciaram a tal “dever feminino”.

Em Campos dos Goytacazes talvez o nome que mais recorra à maternidade como fator de legitimação política seja a vereadora Penha Martins, que exalta em sua página oficial do site da Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, o fato de ser mãe de 15 filhos. O mesmo ocorre com a prefeita Rosinha Garotinho – primeira mulher a ocupar o cargo na história do município – que exalta em seu livro “Que mulher é essa?” o papel da maternidade e também da subserviência da mulher ao seu marido.

Mesmo quando as mulheres conseguem entrar no campo político a representação social sobre seu sexo se adapta. Recorre-se à “essência feminina” de mãe, cuidadora para designar mulheres para áreas ligadas ao social, à filantropia e a educação. Algumas vezes a própria justificativa da inserção da mulher na política segue essa forma de raciocínio, utilizado muitas vezes pelas próprias mulheres, como observado na propaganda eleitoral da então candidata à prefeitura de Campos dos Goytacazes nas eleições de 2008, Odete Rocha, conhecida como Professora Odete. Em seu programa eleitoral aparecia uma menina que aparentava ter sete anos que, entre as aparições da candidata, proferia a frase: “*professora Odete. Ela vai cuidar da gente!*”.

Segundo Clara Araújo (2001), essa forma de atuação feminina ocorre porque:

Elas estão situadas fora do poder, a justificativa para sua inclusão tende a ser construída a partir de argumentos fortes, voltados para afirmar a capacidade das mulheres, os quais, muitas vezes, tendem ao essencialismo. Em tais concepções tende a estar implícita a idéia de que o simples ingresso das mulheres alteraria não apenas o cenário, mas a qualidade da política, concepção questionável tanto teórica, como empiricamente. (Araújo, 2001, p. 90).

Tal representação social é constatada na política brasileira e mais especificamente na de Campos dos Goytacazes. Em entrevista concedida pela atual prefeita da cidade, Rosinha Garotinho, ao ser indagada sobre uma possível diferença entre a atuação masculina e a feminina na política, ela respondeu que a atuação feminina na política é diferente porque “*as mulheres são mais detalhistas e os pensamentos se convergem mais para os valores, para as famílias*”. Outro pensamento similar foi da vereadora Penha Martins, que ocupa o cargo pelo quarto mandato



consecutivo, ela respondeu que o trabalho da mulher na política se diferencia dos homens porque *“a mulher tem mais facilidade em trabalhar na política do que o homem. (...) A mulher trabalha com o coração e com a razão (...) porque ela é mãe, ela conhece o sofrimento, conhece a carência, já [é] da natureza mesmo”*.

Tal representação social – que se traduz em discursos e ações – deve ser vista com reservas, já que acaba ligando os papéis políticos aos papéis desenvolvidos na sociedade, onde a mulher-mãe e protetora da família desenvolveria uma “política do desvelo” para com os cidadãos. Outro ponto a ser ponderado é que a utilização de tais discursos pode torna-se problemático para a atuação feminina, pois limita a atuação política das mulheres, visto que temas de natureza sociopolítica - tais como políticas de contracepção, aborto, sexualidade, dentre outros – acabam sendo engolfados pelo viés religioso e/ou moral nas discussões públicas.

Quando a mulher se distancia do “padrão” da esposa e mãe, as formas de violência simbólica e preconceito que sofre se acentuam. As mulheres que possuem uma carreira política independente sofrem com o conservadorismo presente na sociedade campista. Um exemplo ilustrativo que pode ser mencionado é o da candidata derrotada à prefeitura de Campos nas eleições de 2008, Graciete Santana. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ela comenta sua dificuldade em se inserir na política local:

É difícil, né?! (...) A inserção na pauta política do cotidiano da cidade é complicada, é complexa. Eu diria complexa por dois motivos: um por ser mulher (...) e o homem quer mandar (...) e o outro por ser de um partido de esquerda. E eu encontro mais resistência por ser de um partido de esquerda do que propriamente por ser mulher. Porque Campos é um lugar extremamente conservador.

A entrevistada Graciete Santana deixa claro o preconceito e resistência que sofre por parte da sociedade campista. A resistência é ainda maior não somente por ser mulher, mas principalmente por ser uma mulher que está vinculada a um partido comunista, demonstrando como o conservadorismo local age com mais força quando sai do padrão ideológico predominante na cidade.



Todas as mulheres atuantes na política local demonstraram que sofreram de alguma forma para se inserirem na esfera da disputa política no município de Campos dos Goytacazes. A atual prefeita disse que sua maior dificuldade foi por não ter “jogo de cintura”, isto é, não conseguir se flexibilizar diante das exigências das elites locais. Porém com a forte atuação de seu marido em sua defesa - o ex-governador e ex-prefeito de Campos, Anthony Garotinho - ela conseguiu êxito em sua inserção na política campista.

A veterana vereadora Penha Martins por sua vez, apesar de ressaltar que não sofre nenhuma forma de preconceito claro, afirma que a mulher “*é olhada com maus olhos*”, evidenciando que o campo político ainda é tomado como um lugar estranho às mulheres na cidade de Campos dos Goytacazes. Age aí uma forma sutil de dominação simbólica que não é percebida por grande parte das mulheres na política, não vêem as ações de desprezo ou descrédito como uma forma de violência, apenas como uma brincadeira ou como a idiossincrasia das pessoas. Ao serem questionadas sobre a forma de tratamento, todas afirmam que são bem tratadas por seus colegas homens. Porém Graciete Santana menciona que, apesar do bom tratamento, os colegas homens fazem brincadeiras sobre a ação das mulheres na política:

O tratamento é cordial... eles são machistas, né?! Adoram aquelas piadinhas bobas. Eles fazem reunião, por exemplo, de um partido. Aí eles adoram aquelas piadinhas (...) porque ali tem uma mulher só, daí eles deitam e rolam nas piadinhas machistas entre eles.

Mesmo com a queda das barreiras institucionais para a entrada das mulheres no campo político elas ainda enfrentam formas de dominação e violência mais sutis, que são quase imperceptíveis, porém que agem no sentido de desestimular, denegrir ou deslegitimar a atuação da mulher na política campista, demonstrando que, apesar da entrada da mulher no âmbito político, outras barreiras ainda estão presentes e atuantes, expondo um longo caminho a ser percorrido no sentido de garantir uma igualdade no tratamento e no trabalho das mulheres na política local.

3. Considerações Finais



De fato as mulheres conseguiram notáveis avanços no que tange aos seus direitos políticos, civis e sociais, porém o cenário que se apresenta atualmente é de uma nova realidade que expõe outros obstáculos a serem superados. Se antes havia claros meios institucionais e legais para impedir a ação política feminina, agora há meios mais sutis e menos visíveis que agem no sentido de desestimular e deslegitimar a participação política feminina, tornando a luta contra a desigualdade de gênero mais difícil.

Se em Campos dos Goytacazes as mulheres gradualmente conseguem se inserir no campo político, elas também sofrem as formas mais sutis de violência simbólica, vindas de uma sociedade sexista e conservadora que tenta de várias formas atingir as mulheres que se dedicam à política. Muitas vezes as próprias mulheres seguem o pensamento dominante e assumem atitudes no sentido de buscar uma “essência feminina”, ou seja, a mulher vista como mãe, mais ética, que desenvolve uma “política do desvelo” para com os cidadãos, tendo, dessa forma, muitas vezes sua ação circunscrita a áreas específicas, tais como os serviços sociais o que, muitas vezes, impede a tomada de posição mais ativa frente a problemas enfrentados pelas suas concidadãs tais como políticas de contracepção e de saúde pública, aborto, violência contra a mulher, dentre outras questões voltadas para a especificidade feminina.

As mulheres que ultrapassam os papéis de gênero que lhes são impostos pela sociedade sofrem com o preconceito, com os ataques à sua pessoa e com o descrédito, como narrado pela militante esquerdista Graciete Santana, que relatou o preconceito sofrido por ela por ser uma mulher de posições fortes, independente – que não tem a figura de um homem para servir de sustentáculo político – e, principalmente, esquerdista, que se dedica a fazer política numa cidade com fortes traços conservadores.

O papel político masculino desenvolvido em Campos dos Goytacazes é um exemplo que se apresenta diante da realidade social brasileira, muitas vezes se confundido com ela. Diante de tal cenário há ainda muito a ser modificado nas ações e principalmente nas mentalidades da sociedade e das próprias mulheres permitindo uma participação política mais efetiva, que atenda verdadeiramente aos anseios da população feminina e possibilitando também um avanço no sentido de combater e suplantar o pensamento conservador tão marcante na sociedade local.



4. Bibliografia

ALTOÉ, André Pizetta. **A TFP em Campos dos Goytacazes: trajetória política, gênero e poder**. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2004.

ARAÚJO, Clara. “Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença”. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2001, p. 82-97.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª edição, 2000, p. 40.

BADINTER, Elisabeth (Org.). **Palavras de homem (1790-1793): Condorcet, Prudhomme, Guyomar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão: o descondicionamento da mulher**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2009.

HOBBS, Thomas. **De Cive**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOCKE, Jhon. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martis Fontes, 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, 2º semestre 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: Igualdade e especificidade. In: **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 280-301.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, [s/l], n 20, vol 2, jul/dez 1995.

SILVA, Marinete dos Santos. “Gênero, cidadania e participação política: as aventuras de uma ‘cocote’ no movimento abolicionista”. [s/l], **Caderno Espaço Feminino**, v. 21, n. 1, jan/jul 2009.